Encerramento de processo nos autos de insolvência acima identificados, em que é devedora/insolvente Filipe, Paula & Cunha, L.^{da}, número de identificação fiscal 505849070, com sede na Rua de Carrazedo, 10, 4765-092 Delães, e administrador da insolvência o Dr. Américo Fernandes de Almeida Torrinha, residente na Rua da Cidadade, 286, 4770-247 Joane, Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente, proferida em 13 de Setembro de 2006.

Efeitos do encerramento:

O incidente de qualificação de insolvência passa a prosseguir os seus termos com incidente limitado;

Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º CIRE;

Cessam as atribuições do administrador da insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência;

Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição;

Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos.

Ao administrador da insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

14 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Silvia Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Paula Leite*. 1000307139

Anúncio

Processo n.º 2419/05.1TJVNF.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Requerente — SONICEL — Sociedade Nacional de Comércio de Electrodomésticos.

Insolvente — FAMALIPARTES — Comércio e Distribuição de Peças Auto, L.^{da}, e outro(s).

Insolvente — FAMALIPARTES — Comércio e Distribuição de Peças Auto, L.^{da}, número de identificação fiscal 504407570, com sede na Rua de João José Ribeiro, loja 2, Antas, 4760-000 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do CIRE — artigo 233.º, n.º 1, alínea a);

Cessam as atribuições do administrador da insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — artigo 233.º, n.º 1, alínea b);

Todos os credores da insolvente podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º, n.º 1, alínea c);

Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º, n.º 1, alínea d).

28 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Silvia Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Luis Miguel Castelo Branco da Costa*. 1000307140

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 482/06.7TYLSB.

Insolvência pessoa colectiva (apresentação).

Devedor — DEPOLAR — Sociedade Comercial de Mobiliário, L.^{da}, com sede na Rua de António Aleixo, pavilhão 3, Quinta dos Monteiros, Vale de Figueira, Sobreira, Almada.

A Dr.^a Maria de Fátima Reis Silva, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber que, no Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 16 de Maio de 2006, pelas 12 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora DEPOLAR — Sociedade Comercial de Mobiliário, L.^{da}, com sede na Rua de António Aleixo, pavilhão 3, Quinta dos Monteiros, Vale de Figueira, Sobreira, Almada.

É administrador do devedor João Amante Calado, com endereço na Rua da Cidade de Santarém, 4, 1.º, esquerdo, Corroios, Seixal, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.^a Ana Cristina Mendes Casaca de Almeida Vaz, com endereço na Rua de Elvira Velez, 4, 3.º, frente, 2825-485 São João da Caparica.

É designado o dia 21 de Novembro de 2006, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

19 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*. 3000218279

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 502/05.2TYVNG.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Credor — Daimler Chrysler Rent Services (debits) Portugal — Aluquer de Automóveis, L.^{da}

Insolvente — Dulce e Adelaide Piedade, L.^{da}

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 9 de Outubro de 2006, às 14 horas e 6 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Dulce e Adelaide Piedade, L.^{da}, número de identificação fiscal 502788658, com sede na Rua de António Luís Gomes, 138, 4430-000 Vila Nova de Gaia, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.^a Cláudia Sousa Soares, residente na Rua de D. Afonso Henriques, 564, 2.º, direito, frente, 4435-006 Rio Tinto.

É administrador da devedora Eduardo Manuel Carvalho de Matos, nascido em 13 de Julho de 1948, número de identificação fiscal 125856288, bilhete de identidade n.º 2197874, residente na Praceta de Alferes Pereira, 22, 4, habitação 13, Mafamude, 4430 Vila Nova de Gaia, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta a partir da data da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

11 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria A. M. Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Miguel Real*. 1000307145